



Processo: nº 20.330/2011 (c).
Apenso: nº 040.000.837/2011*.
Origem: Região Administrativa XIX - Candangolândia.
Assunto: Tomada de Contas Anual - TCA.
Ementa: Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da Região Administrativa XIX – CANDANGOLÂNDIA.

- . Secretaria de Estado de Transparência e Controle certifica a irregularidade dos atos de gestão (fls. 242-266*).
- . Secretaria de Contas sugere ao egrégio Plenário que: 1) tome conhecimento da tomada de contas anual; 2) julgue as contas regulares e regulares com ressalvas; 3) considere os responsáveis quites com o Erário distrital; 4) expeça determinação à RA XIX; 5) autorize a devolução do apenso à origem e o retorno dos autos à Unidade Técnica para fins de arquivamento (fls. 39/51).
- . Ministério Público de Contas manifesta-se pela audiência dos gestores para que apresentem razões de justificativa em face das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 99/2011-CONT/DIRAG, ante a possibilidade de suas contas serem reprovadas e de aplicação das penalidades previstas no art. 57, I e II, e no art. 60, ambos da Lei Complementar nº 01/1994 (fls. 52/55).
- . Voto pelo acolhimento das medidas alvitadas pelo douto *Parquet*.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da Região Administrativa XIX - Candangolândia, referente ao exercício financeiro de 2010.

A Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal manifesta-se pela irregularidade das contas, em face do constantes dos subitens 3.1.1.1.1, 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.3, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.1, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.3.3, 4.1.1, 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.4.1, 5.2 e 6, como também das ressalvas dos subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5.1, 2.5.2, 3.1.1.4.1 do Relatório de Auditoria nº 18/2012 – DIRAD/CONAG/CONT/STC (fls. 242-265*). Expediu-se então o Certificado de Auditoria nº 99/2011 (fls. 265-266*).

No âmbito deste Tribunal, ante os elementos e informações insertos nos autos, e levando em conta as observações apontadas no Relatório e



Certificado de Auditoria, nos termos da Informação nº 111/2013-SECONT 2ª DICONT, a Secretaria de Contas apresenta ao egrégio Plenário as seguintes conclusões e sugestões (fls. 39/51):

"(...)

8. CONCLUSÃO

"8.1. Tratam os autos da tomada de contas anual - TCA - dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Região Administrativa XIX (Candangolândia), referente ao exercício financeiro de 2010.

8.2 O Controle Interno concluiu as contas anuais em apreço sugerindo a sua irregularidade, em face das impropriedades contidas nos subitens 3.1.1.1.1, 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.3, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.1, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.3.3, 4.1.1, 4.2.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.4.1, 5.2 e Item 6 do Relatório de Auditoria nº 99/2011 CONT/DIRAG, fls. 242-264-Ap. Como ressalvas o Controle Interno indicou as objeto dos subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5.1, 2.5.2 e 3.1.1.4.1 do mencionado relatório.

8.2 Ao confrontar os elementos que integram os autos, constatou-se que nenhum dos itens e subitens catalogados pela Controladoria apontam para a existência de falhas ou impropriedades com materialidade e relevância suficientes que justifiquem a categorização como irregularidade. Já os subitens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.1.1.1.1, 3.1.1.1.2, 3.1.1.1.3, 3.1.1.1.4, 3.1.1.1.5, 3.1.1.3.1, 4.2.1 e 4.4.1 do mesmo relatório apontam para a existência de falhas de natureza formal, mas que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las.

8.3 Quanto aos subitens nºs 2.5.1, 2.5.2, 3.1.1.2.1, 3.1.1.3.2, 3.1.1.3.3, 3.1.1.4.1, 4.1.1, 4.2.2, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 5.2 e 6, confrontando os achados da então CGDF com as justificativas apresentadas pela jurisdição, verifica-se que não devem macular a regularidade das contas, por serem suficientes os esclarecimentos prestados e/ou as medidas corretivas anunciadas para o resguardo do interesse e patrimônio públicos ou pela reduzida relevância, conforme apontado no Papel de Trabalho IV, visto às fls. 37-38.

8.3 Em razão das ressalvas apontadas no subitem 8.2 retro, os gestores nominados nos itens 1, 4, 6, 8,



10 e 11 do Quadro 2.1 desta Informação devem ter suas contas julgadas regulares com ressalvas, nos termos do inciso II do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94.

8.4 Os gestores nominados nos itens 2, 3, 5, 7 e 9 do referido quadro devem ter suas contas julgadas regulares em razão do curto período de gestão e em caráter de substituição e também em razão de não se ter verificado participação efetiva a ponto de receberem ressalvas em suas contas.

8.5 Com relação aos agentes de material, nominados no Quadro 2.2, estes devem ter suas contas julgadas regulares visto que não foram verificadas ressalvas nem irregularidades na gestão."

9. SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da tomada de contas anual dos administradores e demais responsáveis da Região Administrativa XIX - Candangolândia -, relativa ao exercício de 2010;
- II. julgue, com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 167, inciso II, do RI/TCDF, REGULARES as contas dos responsáveis da Região Administrativa XIX, Candangolândia, indicados nos itens 2, 3, 5, 7 e 9 do Quadro 2.1 desta Informação, em razão de não se ter verificado participação efetiva a ponto de receberem ressalvas em suas contas;
- III. julgue, com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 167, inciso II, do RI/TCDF, REGULARES COM RESSALVAS as contas dos ordenadores de despesas da Região Administrativa XIX, Candangolândia, indicados nos subitens 1, 4, 6, 8, 10 e 11 do Quadro 2.1 desta Informação, em razão das ressalvas apontadas nos subitens 4.4.3 e 4.4.4 desta Informação;
- IV. julgue, com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, REGULARES as contas dos agentes de material da Região Administrativa XIX - Candangolândia -, relacionados no subitem 2.2 desta informação;
- V. considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão nº



50/1998 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, os responsáveis indicados nos itens II, III e IV destas sugestões, em relação ao objeto desta TCA;

VI. determine na forma do art. 19 da Lei Complementar nº 1/1994, aos ordenadores de despesa e demais responsáveis da RA XIX, ou a quem lhes haja sucedido, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades indicadas no Relatório de Auditoria 99/2011- CONT/DIRAG, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro;

VII. autorize:

a. a devolução do Processo nºs 040.000.837/2011 à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

b. o arquivamento dos autos e o seu retorno à SECONT para adoção das providências de praxe."

Chamado a falar no feito, o Ministério Público de Contas, nos termos do Parecer nº 05808/2013-MF, diverge das conclusões da Unidade Técnica, em razão dos seguintes apontamentos (fls. 52-55):

"5. Não se afigura adequado alegar baixa materialidade nos processos indicados pelo controle interno, vez que a gestão do exercício comportou tão somente R\$281.313,84 empenhados e R\$270.556,21 liquidados, conforme demonstrado nos quadros constantes dos itens 1.1 e 1.1.1 do relatório do controle interno (fls. 242-v e 243 do apenso). A materialidade há de ser considerada em relação aos recursos geridos.

6. O fato de ter havido elevada rotatividade na gestão da Regional tampouco afasta a ocorrência das falhas e irregularidades apontadas.

7. Também o fato de várias dessas falhas e irregularidades terem sido verificadas num único processo relacionada a convite (itens 3.1.1.1 do relatório do controle interno) tampouco atenua a gravidade dessas ocorrências, vez que foram realizados apenas dois convites no período.

8. Há sim possibilidade de terem ocorrido danos ao erário em face das ocorrências relatadas pelo controle interno, como, por exemplo, nos casos do item 3.1.1.1.4 (fls. 249 a 250 do apenso) onde se constatou a inserção indevida na composição do BDI dos tributos IRPJ e CSLL, onerando irregularmente a



contratação, e do item 3.1.1.1.5 (fls. 250 e v do apenso), onde há recomendação para a instauração de TCE para apurar prejuízos causados diante do recebimento das obras com ausência de elementos previstos no projeto básico e planilhas orçamentárias.

9. No item 4.4.1 (fls. 261-v e 262 do apenso), restou evidenciado no relato do controle interno o descontrole nos pagamentos das taxas de ocupação de trailers, quiosques, boxes, feiras e similares, apontando-se elevados índices de inadimplência, além da ausência de processo específico para tratar do assunto e inexistência de comprovantes que amparem os precários registros constantes de planilhas como as de fls. 235 a 237 do apenso. Contrariamente ao entendimento do órgão técnico, as providências adotadas pela Regional no sentido de convocar os inadimplentes não afasta as falhas e irregularidades havidas, pois a publicação no DODF, de julho de 2011 (fl. 234 do apenso), se deu posteriormente à atuação do controle interno (vide Termo de Audiência com o Auditado fls. 190 a 205 do apenso, de junho de 2011). Observe-se que não foi apresentada qualquer providência do tipo que porventura tivesse sido adotada em 2010.

10. Nesse sentido, divergindo em parte do entendimento do órgão técnico, o MPC entende haver falhas e irregularidades apontadas nos autos que ensejam a audiência dos responsáveis com vistas ao julgamento de suas contas anuais como irregulares, no caso os Administradores Regionais João Hermeto de Oliveira Neto, Thiago Brandão de Arimathéia e Silva e José Carlos Casado da Silva e os Diretores de Administração Geral Sebastião Rodrigues de Souza, Irai Abimael Martins e Marcus Paulo Koboldt, dispensando-se a audiência dos demais responsáveis indicados no item 2.1 da Informação nº 111/2013 (fls. 39 e 40), por não serem os titulares e/ou terem exercido as funções por um curto período.

11. Nesses termos, o Parquet pugna pelo acolhimento das seguintes sugestões pelo e. Plenário:

- I. tomar conhecimento da presentes tomada de contas anual;
- II. com base no art. 13, III, da LC nº 01/94, determinar a audiência dos responsáveis indicados no parágrafo 10 deste parecer para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa ante a possibilidade de terem suas contas anuais julgadas irregulares e aplicação das multas previstas nos incisos I e II do art. 57 e sanção de que



trata o art. 60 da LC nº 01/94, em face das falhas e irregularidades apontadas nos itens 3.1.1.1.1 a 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.1, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.3, 4.2.1 e 4.4.1 do Relatório de Auditoria nº 99/2011-CONT/DIRAG (fls. 242 a 264-v do apenso);

III. autorizar o retorno dos autos à Secont para as devidas providências."

É o relatório.

VOTO

A fase processual é de audiência dos gestores da Região Administrativa XIX – Candangolândia - DF, referente ao exercício de 2010, para que apresentem suas razões de justificativa em face das possíveis irregularidades constantes do Relatório de Auditoria n.º 99/2011-CONT/DIRAG (fls. 242-264*), a saber:

ITENS/SUBITENS	DESCRIÇÃO
3.1.1.1.1	Nível de detalhamento insuficiente do projeto básico;
3.1.1.1.2	Ausência de referência às fontes de pesquisa;
3.1.1.1.3	Não observância de aspectos formais na condução dos procedimentos licitatórios;
3.1.1.1.4	Ausência de detalhamento do BDI
3.1.1.1.5	Ausência de termo de recebimento definitivo
3.1.1.2.1	No Processo nº 147.000.229/2010 relativo a contratos de iluminação e sonorização foi realizada despesa sem justificativa para o serviço proposto.
3.1.1.3.1	Ausência de aspectos formais na condução dos procedimentos licitatórios. (fls.251-252)*
3.1.1.3.3	Verificou-se nos Processos Nºs 147.000.064/2010, 147.000.130/2010, 147.000.140/2010 e 147.000.202/2010 que as contratações deveriam ter sido feitas por meio de licitação na modalidade Pregão, por se tratarem de bens e serviços de uso comum.
4.2.1	Bens móveis não incorporados (fls. 256-258)*
4.4.1	Ausência de controle de pagamento de taxas de ocupação por trailers, quiosques, boxes, feiras e similares (fls.261-262)*

Foram indicados como responsáveis pelas irregularidades acima apontadas os seguintes gestores:

- a) *Administradores Regionais: JOÃO HERMETO DE OLIVEIRA NETO, THIAGO BRANDÃO DE ARIMATHÉIA E SILVA e JOSÉ CARLOS CASADO DA SILVA; e*
- b) *Diretores de Administração Geral: SEBASTIÃO*



*RODRIGUES DE SOUZA, IRAI ABIMAEI MARTINS e
MARCUS PAULO KOBOLDT*

Ante a possibilidade de julgamento pela irregularidade de suas contas e de aplicação da penalidade prevista no artigo 57, I e II, da Lei Complementar nº 01/1994, impõe-se ao Tribunal assegurar aos aludidos administradores e demais responsáveis a oportunidade de apresentar esclarecimentos sobre a regularidade dos atos de gestão.

Todavia, deixo de proceder a audiência com esteio no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/94, por entender que as irregularidades não são bastante para gerar inabilitação dos responsáveis.

Assim, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, acolho os termos do parecer do Órgão Ministerial de Contas e **VOTO** no sentido de que este egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento da Tomada de Contas Anual objeto do Processo nº 040.000.837/2011;
- II - com base no art. 13, III, da LC nº 01/94, determine a audiência dos Senhores JOÃO HERMETO DE OLIVEIRA NETO, THIAGO BRANDÃO DE ARIMATHÉIA E SILVA, JOSÉ CARLOS CASADO DA SILVA SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA, IRAI ABIMAEI MARTINS e MARCUS PAULO KOBOLDT para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa ante a possibilidade de terem suas contas anuais julgadas irregulares e de aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II do art. 57 e da Lei Complementar nº 01/94, em face das falhas e irregularidades apontadas nos itens 3.1.1.1.1 a 3.1.1.1.5, 3.1.1.2.1, 3.1.1.3.1, 3.1.1.3.3, 4.2.1 e 4.4.1 do Relatório de Auditoria nº 99/2011-CONT/DIRAG (fls. 242 a 264-v do apenso);
- III - autorize o retorno dos autos à SECONT para as devidas providências.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2013.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator